



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO**

PROVA DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2015

CADERNO DE QUESTÕES

PROVA OBJETIVA

Direito Individual do Trabalho

1) No que se refere às fontes do direito do trabalho, analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

- a) Os tratados internacionais, caso das recomendações da Organização Internacional do Trabalho, OIT, após ratificados, ingressam no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional, assim, fonte formal do direito do trabalho.
- b) Os princípios do direito do trabalho têm natureza normativa e constituem fonte formal de direito.
- c) As fontes formais no direito do trabalho são de duas espécies: autônomas e heterônomas. Costumes, convenções coletivas e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego são fontes autônomas. Constituição, lei, tratados internacionais e sentenças normativas são fontes heterônomas.
- d) As convenções coletivas, por serem de origem privada, não criam regras jurídicas.
- e) O laudo arbitral é fonte heterônoma do direito e é admitido em caráter facultativo no direito individual do trabalho, exigindo-se apenas como pressuposto de validade a presença do Sindicato Laboral.

2) Analise os itens e marque a alternativa CORRETA:

I – Subordinação e Pessoalidade são os dois requisitos que, quando presentes, permitem caracterizar uma suposta relação de trabalho autônoma como relação de emprego.

II – A CLT exclui da obrigatoriedade de controle da jornada de trabalho os empregados que exercem jornada externa incompatível com a fixação de horário de trabalho e os gerentes com poderes de gestão que receberem salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, igual ou superior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento).

III – Em algumas situações, o princípio da alteridade pode ser atenuado: é o caso de ocorrência de força maior ou prejuízos devidamente comprovados quando a empresa poderá efetuar uma redução geral dos salários dos empregados, proporcionalmente aos salários de cada um, não podendo, entretanto, ser superior a 25% (vinte e cinco por cento), respeitado, em qualquer caso, o salário mínimo.

IV – A responsabilidade solidária prevista no §2º, do art. 2º, da CLT é exclusivamente passiva, não podendo ser utilizada como fundamento para exigir que um mesmo empregado, dentro da mesma jornada, preste serviço em mais de uma das empresas do grupo econômico.

- a) Os itens I, II e IV são verdadeiras
- b) Os itens III e IV são verdadeiros
- c) Os itens I e II são verdadeiros
- d) Os itens I e IV são verdadeiros
- e) Os itens I, II e III são verdadeiros

3) Marque a alternativa FALSA:

a) De acordo com a jurisprudência consolidada do TST, a responsabilidade estabelecida no art. 455, da CLT, é inexistente quando o contrato de empreitada é firmado entre o dono da obra e o empreiteiro desde que aquele não seja uma empresa construtora ou incorporadora.

b) A indeterminação do prazo é a regra nos contratos de trabalho, no entanto, a CLT prevê três situações excetivas: contrato de experiência, contrato de atleta profissional de futebol e serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.

c) Apesar do princípio da irredutibilidade salarial ter ampla validade nas relações de emprego, eliminado o risco à saúde ou integridade física do trabalho, cessa o direito do empregado ao adicional de insalubridade ou periculosidade.

d) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade prevista no art. 10, II, "b" do ADCT ainda que a empregada gestante tenha sido admitida mediante contrato por tempo determinado.

e) É de 60 kg (sessenta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente e de 20 kg (vinte quilogramas) o peso máximo que uma empregada pode remover em trabalho contínuo.

4) Marque a alternativa CORRETA:

- a) A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação, devendo-se contar o tempo de serviço na função e não no emprego.
- b) O pagamento dos salários atrasados em audiência ilide a mora capaz de determinar a rescisão indireta do contrato de trabalho.
- c) O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, afasta o direito à percepção do respectivo adicional.
- d) Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, não é devido o adicional quanto às horas prorrogadas.
- e) A ocorrência de qualquer hipótese de justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

DIREITO CONSTITUCIONAL

5) Considerando o texto constitucional, marque a alternativa CORRETA:

- a) Não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve e as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- b) O produtor, o parceiro, o meeiro e arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
- c) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas ou à obrigação de reparar os danos causados.

d) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e a todos os estrangeiros no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

e) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

6) Nos termos do art. 8º da CF/88 é INCORRETO afirmar:

a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, devendo haver interferência e intervenção do Poder Público quando a entidade sindical se desviar de sua finalidade.

b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

c) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

d) A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.

e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

7) Em relação ao meio ambiente o legislador constitucional estabeleceu que:

I. O direito ambiental visa tutelar a sadia qualidade de vida do homem, em suas gerações presentes e futuras, para isso defende a preservação do meio ambiente como elemento indissociável da saúde e do bem estar do povo.

II. A Constituição Federal prevê a aplicação da teoria da inversão do ônus da prova, a fim de facilitar a comprovação do grau de culpa necessária para responsabilizar os poluidores a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente ou a terceiros, afetados por sua atividade.

III. A defesa e preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações, não é dever apenas do Poder Público, mas também da coletividade, o que justifica a necessidade de conscientização pública e promoção da educação ambiental.

- a) apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) todas as assertivas estão corretas.
- e) todas as assertivas estão erradas.

Direito Coletivo do Trabalho

8) Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

II – É facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho.

III – As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.

IV – O prazo de duração máxima do Acordo Coletivo ou da Convenção Coletiva é de 3 (três) anos.

- a) apenas uma afirmativa está correta.
- b) apenas duas afirmativas estão corretas.
- c) apenas três afirmativas estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.
- e) todas as afirmativas estão erradas.

9) Assinale a afirmativa INCORRETA:

a) A contribuição sindical, também conhecida como imposto sindical, é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão.

b) As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados.

c) O sistema sindical brasileiro é formado por uma pirâmide composta, em sua base, pelo sindicato, pela federação em seu meio e pela central sindical em sua cúpula.

d) A categoria profissional é definida pela similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas.

e) Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

10) Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

b) O “lockout” é a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados.

c) Durante a greve são assegurados aos grevistas, dentre outros direitos, o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve.

d) Considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva ou individual, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador.

e) Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

Direito Processual do Trabalho

11) Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – Em regra, a reclamação trabalhista individual deve ser proposta na Vara do Trabalho com jurisdição sobre o local em que o empregado presta serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado em outro local ou no estrangeiro.

II - As ações civis públicas devem ser propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

III - Em caso de dano de abrangência regional, que atinja cidades sujeitas à jurisdição de mais de uma Vara do Trabalho, a ação civil pública pode ser ajuizada em qualquer das varas das localidades atingidas, ainda que vinculadas a Tribunais Regionais do Trabalho distintos.

IV - Em caso de dano de abrangência suprarregional ou nacional, há competência concorrente para a Ação Civil Pública das Varas do Trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

- a) apenas uma afirmativa está correta.
- b) apenas duas afirmativas estão corretas.
- c) apenas três afirmativas estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.
- e) todas as afirmativas estão erradas.

12) Assinale a alternativa INCORRETA de acordo com o entendimento predominante no Tribunal Superior do Trabalho:

a) O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado quando se tratar de empresas públicas e sociedades de economia mista.

b) O Ministério Público do Trabalho possui interesse para recorrer contra decisão que declara a existência de vínculo empregatício com sociedade de economia mista ou empresa pública, após a CF/1988, sem a prévia aprovação em concurso público.

c) Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público do Trabalho, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.

d) O Ministério Público do Trabalho pode arguir, em parecer, na primeira vez que tenha de se manifestar no processo, a nulidade do contrato de trabalho em favor de ente público, ainda que a parte não a tenha suscitado, a qual será apreciada, sendo vedada, no entanto, qualquer dilação probatória.

e) Ao exarar o parecer na remessa de ofício, na qualidade de “custos legis”, o Ministério Público do Trabalho não tem legitimidade para arguir a prescrição em favor de entidade de direito público, em matéria de direito patrimonial.

13) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – O Ministério Público do Trabalho possui prazo de dezesseis dias para interpor Recurso Ordinário e de dez dias para opor Embargos de Declaração.

II – A sentença proferida em ação civil pública voltada para a tutela de interesses difusos gera efeitos erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova.

III - Os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão erradas.

14) Assinale a alternativa CORRETA:

a) Das sentenças proferidas pelas Varas do Trabalho em processo de conhecimento e em processo de execução cabe Recurso Ordinário.

b) O não comparecimento do reclamante à primeira audiência designada na ação trabalhista, conhecida por “audiência inaugural”, importa confissão quanto à matéria de fato arguida na contestação pelo reclamado.

c) É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.

d) O acordo homologado judicialmente transita em julgado após o decurso do prazo para interposição de Recurso Ordinário sem o manejo deste apelo.

e) Nos dissídios coletivos a audiência de conciliação será realizada pela Vara do Trabalho e, não havendo acordo, o processo é remetido para o Tribunal Regional do Trabalho para prosseguimento da instrução.

Direito Civil

15) Em relação à prestação de serviço que não se sujeita às leis trabalhistas ou à lei especial, é CORRETO afirmar que:

a) Mesmo que o contrato tenha por causa o pagamento de dívida de quem o presta, ou ainda que se destine à execução de certa e determinada obra, não se pode convencená-lo por mais de três anos.

b) a retribuição será paga sempre após prestado o serviço contratado.

c) não se tendo estipulado, nem chegado a acordo entre as partes, fixar-se-á por arbitramento a retribuição, segundo o costume do lugar, o tempo de serviço e sua qualidade.

d) não havendo prazo estipulado, qualquer das partes pode resolver o contrato, a seu arbítrio, independentemente de prévio aviso.

e) o contrato correspondente termina, exclusivamente, pela morte do prestador do serviço, pelo escoamento do prazo ou pela conclusão da obra.

Direito Processual Civil

16) O processo é extinto, sem resolução do mérito:

a) quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.

b) quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.

c) pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.

- d) quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- e) quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.

17) Sobre sentença e coisa julgada, é CORRETO afirmar:

- a) em se tratando de pessoa incapaz, a coisa julgada beneficia terceiros.
- b) após publicada a sentença, o juiz não pode alterá-la por meio de embargos de declaração, mesmo que para suprir omissão.
- c) faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- d) nas ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, pode o juiz, de ofício, impor multa diária ao réu, fixando prazo razoável para o cumprimento da decisão.
- e) se o autor for parte hipossuficiente, pode o juiz proferir sentença de natureza diversa da que foi pedida.

Tutela dos Interesses e Direitos Coletivos Lato Sensu

18) Com base na Lei nº 7.347/85, pode-se afirmar que a ação civil pública:

- a) é cabível para apurar responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por ato de discriminação étnica.
- b) não é cabível para apurar responsabilidades por danos patrimoniais causados ao meio ambiente.
- c) não é cabível para apurar responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao patrimônio público e social.
- d) é cabível para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários possam ser individualmente determinados.
- e) não é cabível para apurar responsabilidade por danos por infração à ordem econômica.

19) É CORRETO afirmar, em relação à defesa do consumidor em juízo, que:

- a) a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas somente poderá ser exercida em juízo individualmente.
- b) interesses ou direitos individuais homogêneos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, são os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- c) interesses ou direitos difusos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, são os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- d) a União não tem legitimidade para a defesa de interesses ou direitos individuais homogêneos.
- e) as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, estão legitimadas para a tutela desses interesses, sendo sempre necessária a autorização assemblear.

20) Assinale a alternativa que corresponde à instituição NÃO integrante do Ministério Público da União:

- a) Ministério Público Federal.
- b) Ministério Público do Trabalho.
- c) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- d) Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.
- e) Ministério Público Militar.

PROVA SUBJETIVA

Disserte sobre o Ministério Público do Trabalho, destacando a regulamentação constitucional e legal, os direitos tutelados, os instrumentos de atuação nas esferas judicial e extrajudicial e as principais áreas de atuação.